RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/04/2026 | aceito: 29/04/2026 | publicação: 12/05/2026

Políticas Públicas, Inclusão Digital e Afroempreendedorismo

Public Policies, Digital Inclusion and Afroentrepreneurship

Políticas Públicas, Inclusión Digital y Afroemprendimiento

Francisca Karoline Ferreira Assunção

RESUMO

O presente artigo analisa a relação entre políticas públicas, inclusão digital e afroempreendedorismo como estratégias para promover a equidade social e o desenvolvimento econômico da população negra no Brasil. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em autores que discutem políticas sociais, relações raciais, empreendedorismo e inclusão digital. Aborda-se o papel do Estado brasileiro na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais. Em seguida, discute-se a construção histórica das desigualdades raciais e seus impactos nas oportunidades de inserção econômica da população negra. O estudo evidencia que o empreendedorismo e o afroempreendedorismo constituem importantes instrumentos para a geração de renda, o fortalecimento da identidade cultural e o enfrentamento do racismo estrutural. Além disso, destaca-se que a inclusão digital amplia o acesso à informação, aos serviços públicos, às tecnologias e aos mercados digitais, favorecendo a autonomia econômica e a participação social. Conclui-se que a integração entre políticas públicas inclusivas, o acesso às tecnologias digitais e o incentivo ao afroempreendedorismo representa um caminho promissor para reduzir desigualdades históricas, promover a justiça social e ampliar as oportunidades de desenvolvimento sustentável no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Políticas públicas. Inclusão digital. Afroempreendedorismo. Equidade social. Empreendedorismo negro.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between public policies, digital inclusion, and Black entrepreneurship (Afro-entrepreneurship) as strategies to promote social equity and the economic development of the Black population in Brazil. This is a qualitative study based on a bibliographic review of authors addressing social policies, racial relations, entrepreneurship, and digital inclusion. Initially, the study discusses the role of the Brazilian State in formulating and implementing public policies to reduce social inequalities. It then examines the historical construction of racial inequalities and their effects on the economic opportunities available to the Black population. The findings indicate that entrepreneurship, particularly Afro-entrepreneurship, is an important tool for income generation, cultural identity strengthening, and combating structural racism. Furthermore, digital inclusion expands access to information, public services, digital technologies, and online markets, fostering economic autonomy and social participation. The study concludes that integrating inclusive public policies, expanding digital access, and supporting Afro-entrepreneurship represents a promising strategy to reduce historical inequalities, promote social justice, and expand opportunities for sustainable development in Brazil.

Keywords: Public policies. Digital inclusion. Afro-entrepreneurship. Social equity. Black entrepreneurship.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/04/2026 | aceito: 29/04/2026 | publicação: 12/05/2026

1 INTRODUÇAO

As transformações provocadas pela globalização, pelos avanços tecnológicos e pelas mudanças nas dinâmicas econômicas têm ampliado os desafios à redução das desigualdades sociais no Brasil. Nesse cenário, as políticas públicas assumem papel estratégico na promoção da cidadania, da inclusão social e do desenvolvimento econômico, sobretudo quando direcionadas aos grupos marginalizados. Entre esses grupos, a população negra ainda enfrenta barreiras estruturais decorrentes do racismo, refletidas no acesso desigual à educação, ao mercado de trabalho, ao crédito e às oportunidades de geração de renda.

A expansão das tecnologias digitais tem transformado as relações sociais e econômicas, tornando a inclusão digital um fator indispensável para a participação plena na sociedade contemporânea. O acesso à internet e às ferramentas digitais possibilita maior acesso à informação, aos serviços públicos, à qualificação profissional e aos novos modelos de negócios, ampliando as possibilidades de empreendedorismo e inovação. Entretanto, as desigualdades de acesso às tecnologias ainda reproduzem exclusões sociais já existentes, afetando de maneira mais intensa grupos vulneráveis, como a população negra.

Nesse contexto, o afroempreendedorismo emerge como importante estratégia de fortalecimento econômico, valorização da identidade cultural e enfrentamento das desigualdades raciais. Mais do que uma atividade voltada à geração de renda, representa um movimento de resistência, autonomia e afirmação social, contribuindo para ampliar a representatividade negra nos espaços econômicos e produtivos. Dessa forma, políticas públicas voltadas ao incentivo do empreendedorismo negro, associadas à inclusão digital, podem potencializar oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

Diante dessa realidade, este artigo tem como objetivo analisar a importância das políticas públicas, da inclusão digital e do afroempreendedorismo como instrumentos de promoção da equidade social e do fortalecimento da autonomia econômica da população negra no Brasil. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em estudos sobre políticas públicas, relações raciais, empreendedorismo e inclusão digital. Espera-se contribuir para a compreensão da necessidade de ações integradas que promovam a inclusão social, a justiça racial e o desenvolvimento sustentável.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/04/2026 | aceito: 29/04/2026 | publicação: 12/05/2026

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Estado brasileiro, organizado sob a forma de uma federação, tem como finalidade primordial promover o bem comum e garantir os direitos fundamentais da população. Para alcançar esse objetivo, a Constituição Federal estabeleceu a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios como entes autônomos integrantes do pacto federativo, conferindo-lhes competências políticas, administrativas e financeiras para formular e executar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e à redução das desigualdades. Nesse contexto, a estrutura federativa brasileira fundamenta-se em um modelo de cooperação entre os entes federados, o que exige planejamento, coordenação e atuação integrada para que as políticas públicas alcancem seus objetivos.

No campo das Ciências Sociais, o conceito de política social suscita diferentes interpretações. Conforme destaca Vianna (2002), trata-se de uma modalidade específica de política pública, caracterizada por ações governamentais voltadas à promoção do bem-estar coletivo e à garantia de direitos sociais. Embora essa definição seja aceita, sua abrangência evidencia a complexidade das políticas sociais, que envolvem múltiplos objetivos, diferentes áreas de atuação estatal e distintos grupos sociais beneficiários.

Entre esses grupos, destaca-se a população negra, marcada por processos de exclusão social e desigualdade de oportunidades. Segundo Pena (2008), a concepção moderna de raça foi construída a partir de teorias ultrapassadas que classificavam os seres humanos com base em características físicas, estabelecendo hierarquias entre grupos sociais. Complementando essa discussão, Hall (2006) afirma que a raça constitui uma construção social e política utilizada para legitimar relações de poder, posicionando a população negra em condição de desvantagem social e econômica, enquanto a população branca ocupa os espaços de maior prestígio. Nesse cenário, a ideologia da mestiçagem contribuiu para consolidar o mito da democracia racial brasileira, ao mascarar práticas estruturais de discriminação e dificultar o reconhecimento das desigualdades raciais existentes. Como consequência, a população negra enfrenta maiores obstáculos no acesso à educação, ao mercado de trabalho, ao crédito e às oportunidades de geração de renda, o que torna imprescindível a formulação de políticas públicas específicas voltadas à promoção da equidade.

Nesse contexto, o empreendedorismo surge como uma importante estratégia de inclusão econômica e de mobilidade social. Conforme Custódio (2011), o empreendedorismo

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/04/2026 | aceito: 29/04/2026 | publicação: 12/05/2026

consolidou-se como campo de estudo e prática a partir da segunda metade do século XX, quando a inovação passou a ser reconhecida como elemento central da atividade empreendedora. Assim, mais do que criar um negócio, o empreendedor é aquele capaz de desenvolver soluções inovadoras, agregando valor por meio de novos produtos, serviços ou processos.

Sob essa perspectiva, Bassant e Tidd (2009) definem o empreendedor como um indivíduo que demonstra iniciativa, capacidade de solucionar problemas, disposição para assumir responsabilidades e habilidade para estabelecer metas desafiadoras, porém realistas, assumindo riscos calculados. Os autores ressaltam ainda que fatores como o contexto familiar, a formação educacional, as experiências profissionais, os aspectos culturais e o perfil psicológico influenciam a probabilidade de um indivíduo desenvolver comportamento empreendedor.

Quando esse processo é analisado sob a perspectiva racial, destaca-se o conceito de afroempreendedorismo. De acordo com Freitas (2018), trata-se de um termo recente no cenário econômico brasileiro, acompanhado do reconhecimento da população negra como importante segmento produtivo e consumidor. Entretanto, o afroempreendedorismo transcende a dimensão econômica, constituindo também uma estratégia de valorização da identidade negra, de fortalecimento da representatividade e de enfrentamento das desigualdades raciais. Em razão do racismo estrutural, empreendedores negros enfrentam dificuldades adicionais para acessar crédito, estabelecer redes de relacionamento e obter reconhecimento no mercado, por serem associados a posições sociais subalternas. Dessa forma, o afroempreendedorismo representa não apenas uma alternativa de geração de renda, mas também um instrumento de emancipação social, fortalecimento cultural e transformação das relações raciais.

A transformação digital vem modificando as oportunidades de desenvolvimento econômico e social. Conforme Ferreira (2025), o acesso à internet amplia a participação cidadã, facilita o acesso aos serviços públicos digitais e cria oportunidades de inserção econômica. Nesse sentido, a inclusão digital configura-se como elemento estratégico para a promoção da equidade social, uma vez que possibilita maior acesso à informação, à qualificação profissional, ao comércio eletrônico, às tecnologias financeiras e às diversas oportunidades proporcionadas pela economia digital.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a articulação entre políticas públicas, inclusão digital e incentivo ao afroempreendedorismo constitui um importante instrumento para reduzir desigualdades históricas e ampliar as oportunidades de desenvolvimento da população negra.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/04/2026 | aceito: 29/04/2026 | publicação: 12/05/2026

Assim, compreender as relações entre esses elementos contribui para a elaboração de estratégias capazes de fortalecer a autonomia econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidenciou que as políticas públicas desempenham papel fundamental na promoção da equidade social e na redução das desigualdades enfrentadas pela população negra. Embora o ordenamento jurídico brasileiro estabeleça mecanismos voltados à garantia de direitos e à promoção da cidadania, persistem desafios relacionados ao acesso à educação, ao crédito, ao mercado de trabalho e às oportunidades de desenvolvimento econômico, o que evidencia a necessidade de políticas públicas mais efetivas e articuladas.

Nesse contexto, o afroempreendedorismo apresenta-se como um importante instrumento de inclusão produtiva, fortalecimento da autonomia financeira e valorização da identidade cultural da população negra. Além de contribuir para a geração de emprego e renda, constitui uma estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural, ampliando a representatividade negra nos espaços empresariais e fortalecendo o desenvolvimento econômico local.

Da mesma forma, verificou-se que a inclusão digital ocupa posição estratégica na sociedade contemporânea, uma vez que possibilita maior acesso à informação, aos serviços públicos, às plataformas de comércio eletrônico, à educação e a novas oportunidades proporcionadas pela economia digital. A democratização do acesso às tecnologias representa, portanto, condição indispensável para que empreendedores negros possam competir em condições mais equitativas, ampliar seus mercados e fortalecer seus negócios.

Conclui-se que a integração entre políticas públicas inclusivas, inclusão digital e incentivo ao afroempreendedorismo constitui um caminho promissor para a construção de uma sociedade mais justa. Recomenda-se que futuras pesquisas investiguem experiências práticas de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do afroempreendedorismo e à inclusão digital, contribuindo para a formulação de estratégias cada vez mais eficazes na promoção da igualdade racial e do desenvolvimento social.

BIBLIOGRAFIA

BESSANT, J. R.; TIDD, Joseph. **Inovação e empreendedorismo.** Porto Alegre: Bookman, 2009.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/04/2026 | aceito: 29/04/2026 | publicação: 12/05/2026

CUSTÓDIO, Telma Padilha; TÓFOLI, Eduardo Teraoka; NOGUEIRA, Ana Beatriz. Empreendedorismo: um Estudo sobre a Importância do Empreendedorismo como Estratégia de Negócios na Empresa Fênix Locações e Eventos. **Revista Científica do Unisalesiano,** v. 4, p. 36-44, 2011.

FERREIRA, Jorge Siqueira de Rezende. A Ousadia de um Empreendedorismo Intrépido com a Evolução da Internet de Fibra e as Mudanças Positivas na Sociedade: The Boldness of Fearless Entrepreneurship with the Evolution of Fiber Internet and Positive Changes in Society. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Brasil, v. 1, n. 1, 2025. DOI: 10.51473/rcmos.v1i1.2025.887. Disponível em: https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/887.

FREITAS, Ângelo. **Os afroempreendedores. meio&mensagem.** Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/opiniao/2018/03/01/os-afro-empreendedores.html>

HALL Suart. A questão Multicultural. In: **Da Diáspora, Identidades e Mediações Culturais, Belo Horizonte:** UFMG, 2006.

PENA, Sérgio Danilo Junqueira. **Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 321-346, 2005.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.